



| | |
|---|---|
| <p>ADITIVO DE INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES ENTRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – BRASIL E A UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA NACIONAL</p> | <p>ADENDA DE INTERCAMBIO ESTUDIANTIL ENTRE LA UNIVERSIDAD ESTATAL DE SANTA CRUZ – BRASIL Y LA UNIVERSIDAD PEDAGÓGICA NACIONAL</p> |
| <p>A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, representada pelo seu Reitor, Professor Doutor Alessandro Fernandes de Santana, nomeado através de Decreto Simples pelo Governador do Estado da Bahia, Dr. Rui Costa, com sede no Campus Soane Nazaré de Andrade, em Ilhéus (BA), na Rodovia Jorge Amado, Km 16, inscrita no CNPJ/MF sob o número 40.738.999/0001-95, adiante designada por UESC;</p> | <p>LA UNIVERSIDAD ESTATAL DE SANTA CRUZ, representada por su Rector, Profesor Alessandro Fernandes de Santana, designado por Decreto Simple por el Gobernador del Estado de Bahía, Dr. Rui Costa, con sede en el Campus Soane Nazaré de Andrade, en Ilhéus (BA), en la Rodovia Jorge Amado, Km 16, inscrita en el CNPJ/MF con el número 40.738 999 /0001-95, en lo sucesivo denominada UESC;</p> |
| <p style="text-align: center;">E</p> | <p style="text-align: center;">Y</p> |
| <p>A UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA NACIONAL, representada por seu Reitor, Dr. Alejandro Álvarez Gallego, identificado com a cédula de cidadania no. 79.140.325, designado como mediante Acordo do CSA no. 013 de 2022, Ata de Posse No. 0306 de 2022, instituição universitária do estado, de ordem nacional, criada mediante Decreto Legislativo no. 0197 do dia 1 de fevereiro de 1955, com endereço na Rua 72 No. 11- 86, Bogotá D. C. (Colômbia), NIT 899999124-4, adiante designada por UPN.</p> | <p>La UNIVERSIDAD PEDAGÓGICA NACIONAL, representada por su Rector Profesor Doctor Alejandro Álvarez Gallego, identificado com la cédula de ciudadanía No. 79.140.325, designado mediante Acuerdo del CS No. 013 de 2022, institución universitaria estatal, del orden nacional, creada mediante Decreto Legislativo No. 0197 del 1 de febrero de 1955, con domicilio en la Calle 72 No. 11 – 86, Bogotá D.C. (Colombia), NIT: 899999124-4, en lo sucesivo denominada UPN.</p> |
| <p style="text-align: center;">E</p> | <p style="text-align: center;">Y</p> |
| <p style="text-align: center;">Considerando</p> | <p style="text-align: center;">Considerando</p> |
| <p>I. A crescente necessidade de troca de experiências para o desenvolvimento do conhecimento;</p> | <p>I. La creciente necesidad de intercambiar experiencias para el desarrollo del conocimiento;</p> |
| <p>II. O relevante papel do intercâmbio técnico, científico e cultural para o desenvolvimento das Instituições e das comunidades em que estão inseridas;</p> | <p>II. El papel relevante del intercambio técnico, científico y cultural para el desarrollo de las Instituciones y de las comunidades en las que actúan;</p> |



| | |
|---|--|
| <p>As Partes, guiadas pelos princípios da excelência acadêmica e da responsabilidade ética, resolvem celebrar o presente Aditivo sob o abrigo do Acordo Ampla de Cooperação, a fim de estabelecer as condições necessárias ao intercâmbio de estudantes</p> | <p>Las Partes, guiadas por los principios de excelencia académica y responsabilidad ética, acuerdan celebrar la presente Adenda en el marco del Acuerdo Ampla de Cooperación, a fin de establecer las condiciones necesarias para el intercambio de estudiantes.</p> |
| <p>CLÁUSULA 1.^a Finalidade</p> <p>Promover a intercâmbio de estudantes, permitindo-lhes matricular-se em disciplinas na Instituição de Acolhimento (instituição que concordou aceitar o estudante da Instituição de Origem) para obtenção de créditos, que serão validados para obtenção de grau em sua Instituição de Origem (Instituição em que o estudante se pretende graduar) em qualquer curso comum às duas instituições.</p> | <p>CLÁUSULA 1.^a Objetivo</p> <p>Promover el intercambio de estudiantes, permitiéndoles matricularse en cursos en la institución de acogida (institución que acordó aceptar al estudiante de la Institución de Origen) para la obtención de créditos, los cuales serán convalidados para la obtención de un título en su institución de origen (Institución en la que el estudiante pretende graduarse) en cualquier curso común a ambas instituciones.</p> |
| <p>CLÁUSULA 2.^a Responsabilidades das Instituições e dos Estudantes Participantes</p> <p>Cada Instituição empreenderá todas as medidas cabíveis para dar o efeito máximo a este programa de intercâmbio.</p> <p>1. Os estudantes devem cumprir com os regulamentos de sua Instituição de Origem no que diz respeito à inscrição, registro, seleção e demais condições para participação em programas de intercâmbio, assim como devem estar adequados à administração e regulamentos da Instituição de Acolhimento relacionada com o intercâmbio.</p> <p>2. Os estudantes de intercâmbio deverão ser registrados na Instituição de Acolhimento, mas sem a finalidade de obtenção de diploma. Créditos obtidos na Instituição de Acolhimento devem ser processados pela Instituição de Origem, em</p> | <p>CLÁUSULA 2.^a Responsabilidades de las Instituciones y Estudiantes Participantes</p> <p>Cada Institución tomará todas las medidas razonables para dar el máximo efecto a este programa de intercambio.</p> <p>1. Los estudiantes deberán cumplir con los reglamentos de su Institución de Origen en cuanto a inscripción, registro, selección y demás condiciones para la participación en programas de intercambio, así como estar de acuerdo con la administración y reglamentos de la Institución de Acogida relacionados con el intercambio.</p> <p>2. Los estudiantes de intercambio deben estar registrados en la Institución de Acogida, pero sin el propósito de obtener un diploma. Los créditos obtenidos en la Institución de Acogida deberán ser tramitados por la Institución de Origen,</p> |



| | |
|--|--|
| <p>conformidade com os regulamentos dessa Instituição.</p> <p>3. Para cada estudante serão fornecidos os mesmos recursos acadêmicos que estão disponíveis a todos os estudantes na Instituição de Acolhimento, que prestará serviços de consultoria, orientação e aconselhamento para ajudar os estudantes de intercâmbio em seus estudos e vida no exterior. Ambas as Instituições deverão nomear um orientador acadêmico para cada estudante de intercâmbio.</p> <p>4. Será da responsabilidade de cada estudante obter a aprovação oficial em sua Instituição de Origem para as disciplinas cursadas na Instituição de Acolhimento.</p> <p>5. O período de intercâmbio não será, em princípio, inferior a 6 meses nem superior a um ano civil. Após o término do intercâmbio, os estudantes de intercâmbio são obrigados a retornar à sua Instituição de Origem. A aprovação de ambas as Instituições é necessária para qualquer forma de extensão do intercâmbio.</p> <p>6. Os estudantes de intercâmbio podem exercer os mesmos direitos e privilégios que são usufruídos por todos os outros estudantes matriculados na Instituição de Acolhimento, se não houver sido estipulado o contrário no presente acordo, bem como quaisquer direitos que lhes são conferidos pelas leis do país de acolhimento. Ambas as Instituições, no entanto, reservam-se no direito de expulsar ou tomar outras medidas adequadas contra os estudantes de intercâmbio por falta cometida em violação de normas e regulamentos estabelecidos pela Instituição ou pelo país de acolhimento.</p> <p>7. A Instituição de Acolhimento fornecerá um histórico/certificado que incluirá as atividades desenvolvidas pelo estudante, sendo que tais atividades poderão ser aceitas e reconhecidas pela Instituição de Origem de acordo com seus critérios internos. A Instituição de Origem providenciará para que seja mencionado no</p> | <p>de conformidad con las normas de dicha Institución.</p> <p>3. Cada estudiante contará con los mismos recursos académicos que están disponibles para todos los estudiantes en la Institución de Acogida, la cual brindará servicios de consultoría, orientación y asesoramiento para ayudar a los estudiantes de intercambio en sus estudios y vida en el extranjero. Ambas Instituciones deberán designar un asesor académico para cada estudiante de intercambio.</p> <p>4. Será responsabilidad de cada estudiante obtener la aprobación oficial en su Institución de Origen para las asignaturas cursadas en la Institución de Destino.</p> <p>5. El período de intercambio, en principio, no será inferior a 6 meses ni superior a un año natural. Después del final del intercambio, los estudiantes de intercambio deben regresar a su institución de origen. Se requiere la aprobación de ambas Instituciones para cualquier forma de extensión del intercambio.</p> <p>6. Los estudiantes de intercambio podrán ejercer los mismos derechos y privilegios que disfrutaban todos los demás estudiantes matriculados en la Institución de Acogida, salvo que se estipule lo contrario en este acuerdo, así como los derechos que les confieran las leyes del país de acogida. Ambas Instituciones, sin embargo, se reservan el derecho de expulsar o tomar otras medidas apropiadas contra los estudiantes de intercambio por mala conducta cometida en violación de las normas y reglamentos establecidos por la Institución o el país anfitrión.</p> <p>7. La Institución de Acogida proporcionará un histórico/certificado que incluirá las actividades desarrolladas por el estudiante, y dichas actividades podrán ser aceptadas y reconocidas por</p> |
|--|--|



| | |
|--|---|
| <p>Histórico Escolar do estudante entregue pela Instituição de Acolhimento, quando do término do intercâmbio, informações sobre este, fazendo-se constar o nome da Instituição de Acolhimento, o período e o local do intercâmbio realizado, dentre outras informações que se entender pertinentes. Neste histórico escolar também deverão constar os resultados acadêmicos obtidos pelo estudante em cada disciplina cursada e o número de horas-aula e de créditos acadêmicos correspondentes. A Instituição de Origem pode conceder créditos aos seus alunos de acordo com suas próprias regras para os estudos concluídos na Instituição de Acolhimento.</p> <p>8. A Instituição de Acolhimento reserva o direito de recusar qualquer candidato cujo histórico acadêmico possa parecer inaceitável para o intercâmbio segundo o seu exclusivo critério. Neste caso, a Instituição de Origem poderá apresentar o histórico de outros candidatos. É, no entanto, vedado à Instituição de Origem e à Instituição de Acolhimento excluir do processo de intercâmbio estudantes, baseando-se em considerações de cor, de raça, de origem nacional ou étnica, de sexo, de crenças religiosas, ou quaisquer outras formas de discriminação.</p> <p>9. As obrigações das Instituições definidas neste Aditivo referem-se unicamente aos estudantes participantes do intercâmbio e não incluem nem as esposas/esposos, companheiros/companheiras ou quaisquer pessoas deles dependentes. As pessoas que acompanham os participantes do intercâmbio ficam, sob todos os aspetos, à responsabilidade única e exclusiva dos estudantes de intercâmbio.</p> | <p>la Institución de Origen de acuerdo a sus criterios internos. La Institución de Origen gestionará que la información sobre el intercambio sea mencionada en el Histórico Académico del estudiante entregado por la Institución de Acogida, al finalizar el intercambio, incluyendo el nombre de la Institución de Acogida, el período y lugar del intercambio realizado, y otras informaciones que se consideren pertinentes. Este expediente académico también deberá incluir los resultados académicos obtenidos por el estudiante en cada asignatura cursada y el número de horas de clase y los créditos académicos correspondientes. La Institución de Origen podrá otorgar créditos a sus estudiantes de acuerdo a sus propias reglas por estudios realizados en la Institución de Acogida.</p> <p>8. La Institución de Acogida se reserva el derecho de rechazar a cualquier candidato cuyo expediente académico pueda parecer inaceptable para el intercambio de acuerdo con sus criterios. En este caso, la Institución de Origen podrá presentar el expediente de otros candidatos. Sin embargo, está prohibido que la Institución de Origen y la Institución de Acogida excluyan a los estudiantes del proceso de intercambio, con base en consideraciones de color, raza, origen nacional o étnico, sexo, creencias religiosas o cualquier otra forma de discriminación.</p> <p>9. Las obligaciones de las Instituciones definidas en esta Adenda se refieren únicamente a los estudiantes que participan en el intercambio y no incluyen a sus esposas/cónyuges, compañeros/parejas o cualquier dependiente de ellos. Las personas que acompañan a los participantes del intercambio son, en todos los aspectos, responsabilidad única y exclusiva de los estudiantes de intercambio.</p> |
| CLÁUSULA 3.^a | CLÁUSULA 3.^a |



| | |
|--|--|
| <p style="text-align: center;">Número de Estudantes</p> <p>1. O número de estudantes que participarão do intercâmbio será acordado entre as Instituições, no Acordo Bilateral correspondente. É desejável que o número de estudantes em intercâmbio seja igual para as duas Instituições em cada ano. Entretanto, se esta igualdade não for realizada por ano, deverá ser feito um esforço para se chegar a um número igual no período de cinco anos, definido nesta convenção.</p> <p>2. As duas Instituições entrarão em acordo sobre o número de estudantes de intercâmbio, de preferência com quatro meses de antecedência, contados do início do semestre ou ano letivo.</p> | <p style="text-align: center;">Número de estudiantes</p> <p>1. El número de estudiantes que participarán en el intercambio será acordado entre las Instituciones, en el correspondiente Acuerdo Bilateral. Es deseable que el número de estudiantes de intercambio sea el mismo para ambas Instituciones cada año. Sin embargo, si esta igualdad no se logra por año, se debe hacer un esfuerzo para llegar a un número igual dentro del período de cinco años definido en esta convención.</p> <p>2. Las dos Instituciones acordarán el número de estudiantes de intercambio, preferentemente con cuatro meses de anticipación, contados a partir del inicio del semestre o año académico.</p> |
| <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 4.^a Idioma do Ensino</p> <p>Os cursos na UESC e na UPN serão ministrados em português, no Brasil, e em espanhol, na Colômbia. Os estudantes selecionados para o intercâmbio deverão ter um nível de conhecimento da língua suficiente para acompanhar os cursos e/ou fazer investigação na Instituição de Acolhimento.</p> | <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 4.^a Idioma de Enseñanza</p> <p>Los cursos en la UESC y en la UPN serán impartidos en portugués, en Brasil, y en español, en Colombia. Los estudiantes seleccionados para el intercambio deben tener un nivel de conocimiento del idioma suficiente para seguir los cursos y/o realizar investigaciones en la Institución de destino.</p> |
| <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 5.^a Documentos Necessários e Seleção dos Candidatos</p> <p>1. A Instituição de Origem providenciará a documentação necessária para inscrição em sua parceira. Esses documentos serão baseados no sistema de matrícula da Instituição de Origem.</p> <p>2. A Instituição de Origem deverá selecionar os candidatos para o intercâmbio de estudantes com base na excelência de seus resultados acadêmicos e eles deverão estar inscritos como estudantes em “tempo integral”. São elegíveis para participar,</p> | <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 5.^a Documentos Requeridos y Selección de Candidatos</p> <p>1. La Institución de Origen facilitará la documentación necesaria para la inscripción con su colaborador. Estos documentos se basarán en el sistema de inscripción de la Institución de Origen.</p> <p>2. La Institución de Origen debe seleccionar candidatos para el intercambio de estudiantes en base a la excelencia de sus resultados académicos y deben estar matriculados como estudiantes de “tiempo completo”. Son</p> |



| | |
|--|--|
| <p>estudantes de graduação e pós-graduação que:</p> <p>a) Para estudos de graduação – tenham cursado no mínimo um ano dos estudos em sua Instituição de Origem;</p> <p>b) Para estudos de mestrado/pós-graduação – tenham completado os estudos de licenciatura/graduação na área específica de conhecimento.</p> <p>c) Tenham matrícula aprovada em sua Instituição de Origem e na Instituição de Acolhimento, e sejam considerados academicamente qualificados para concluir com sucesso as disciplinas elencadas na Instituição de Acolhimento. Cada Instituição informará ao escritório de relações internacionais em questão da disponibilidade de vagas, incluindo limitações e circunstâncias.</p> <p>d) Tenham obtido a permissão de sua Instituição de Origem.</p> <p>§ 1.º – Materiais e informações sobre seleção e inscrição para o programa de intercâmbio devem ser disponibilizados à Instituição de Origem com antecedência.</p> <p>§ 2.º – Cada Instituição cumprirá os prazos legais requeridos para comunicar à outra Instituição quantos e quais os estudantes selecionados para intercâmbio.</p> <p>§ 3.º – A Instituição de Acolhimento vai envidar todos os esforços para acolher um aluno indicado pela Instituição de Origem, no entanto, reserva-se o direito de negar a aceitação de um estudante, com base em suas normas de admissão.</p> | <p>elegibles para participar estudiantes de pregrado y posgrado que:</p> <p>a) Para estudios de pregrado: haber completado al menos un año de estudios en su Institución de Origen;</p> <p>b) Para estudios de maestría/posgrado – haber concluido estudios de licenciatura/graduación en el área específica del conocimiento.</p> <p>c) Tener matrícula aprobada en su Institución de Origen y en la Institución de Acogida, y ser considerados academicamente calificados para completar con éxito las asignaturas enumeradas en la Institución de Acogida. Cada Institución informará a la oficina de relaciones internacionales correspondiente de la disponibilidad de plazas, incluidas las limitaciones y circunstancias.</p> <p>d) Haber obtenido el permiso de su Institución de Origen.</p> <p>§ 1.º – Los materiales e informaciones sobre selección e inscripción al programa de intercambio deberán ser previamente puestos a disposición de la Institución de Origen.</p> <p>§ 2.º – Cada Institución cumplirá con los plazos legales exigidos para comunicar a la otra Institución cuántos y cuáles estudiantes son seleccionados para el intercambio.</p> <p>§ 3.º – La Institución de Acogida hará todo lo posible para acoger a un estudiante indicado por la Institución de Origen, sin embargo, se reserva el derecho de negar la aceptación de un estudiante, con base en sus reglas de admisión.</p> |
| <p>CLÁUSULA 6.ª Responsabilidades Financeiras da Instituição de Acolhimento</p> <p>Os estudantes de intercâmbio devem permanecer inscritos na respetiva</p> | <p>CLÁUSULA 6.ª Responsabilidades Financieras de la Institución de Acogida</p> <p>Los estudiantes de intercambio deben permanecer matriculados en su</p> |



| | |
|---|---|
| <p>Instituição de Origem, pagando a ela o que lhes couber. Os estudantes de intercâmbio devem ser isentos do pagamento de taxas (incluindo inscrição) na Instituição de Acolhimento.</p> | <p>Institución de Origen, pagando lo que les corresponda. Los estudiantes de intercambio deben estar exentos del pago de tasas (incluida la inscripción) en la Institución de Acogida.</p> |
| <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 7.^a Deveres da Instituição de Acolhimento</p> <p>A Instituição de Acolhimento deverá facilitar tanto quanto possível – e isto no espírito do programa de intercâmbio – a admissão, os estudos acadêmicos, a integração no meio escolar e a orientação cultural dos estudantes que ela acolhe. A Instituição de Acolhimento fornecerá, aos estudantes de intercâmbio, os seguintes instrumentos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O acesso aos serviços da Instituição como membros integrantes da Instituição que os acolhe, inclusive à biblioteca, laboratórios e às instalações desportivas.2. Um programa de recepção apresentando concisamente o país, o sistema de ensino superior, a cultura local, e as regras de conduta vigentes no país.3. A informação sobre a proteção na área da saúde acordada entre Brasil e Colômbia ou as exigências de contratação de seguro médico e a extensão da cobertura desse seguro.4. O acesso aos serviços acadêmicos e a outros serviços de aconselhamento.5. O auxílio – dentro do possível – na escolha de alojamento em residências de estudantes ou em qualquer outra residência, apropriada, fora do campus.6. O fornecimento de todos os documentos necessários para a obtenção de visto.7. As informações necessárias solicitadas pelo estudante de intercâmbio. | <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 7.^a Deberes de la Institución de Acogida</p> <p>La Institución de Acogida debe facilitar en la medida de lo posible, y esto en el espíritu del programa de intercambio, la admisión, los estudios académicos, la integración en el entorno escolar y la orientación cultural de los estudiantes que acoge. La Institución de Acogida proporcionará a los estudiantes de intercambio los siguientes instrumentos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Acceder a los servicios de la Institución como miembros integrantes de la Institución que los acoge, incluyendo la biblioteca, laboratorios e instalaciones deportivas.2. Un programa de bienvenida que presente de manera concisa el país, el sistema de educación superior, la cultura local y las normas de conducta vigentes en el país.3. Información sobre la protección en el área de la salud acordada entre Brasil y Colombia o los requisitos para la contratación de un seguro médico y la extensión de la cobertura de este seguro.4. Acceso a servicios de consejería académica y otros.5. Asistencia, en la medida de lo posible, en la elección de alojamiento en residencias de estudiantes o cualquier otra residencia adecuada fuera del campus.6. El suministro de todos los documentos necesarios para obtener una visa.7. La información necesaria solicitada por el estudiante de intercambio. |

**CLÁUSULA 8.^a****Responsabilidades Financeiras dos
Estudantes de Intercâmbio**

Os estudantes de intercâmbio terão responsabilidade financeira sobre:

1. As taxas de inscrição e as despesas junto à Instituição de Origem antes de partir.
 2. O pagamento de despesas relacionadas com a habitação, alimentação, tratamento médico e todas as outras despesas pessoais.
 3. As despesas com transporte de ida e volta entre a Instituição de Origem e a Instituição de Acolhimento, assim como do transporte local.
 4. A proteção na área da saúde, a garantia de responsabilidade civil e de repatriamento.
 5. Os livros, material didático, vestuário, etc.
 6. A obtenção da documentação de viagem, passaporte, vistos, etc.
 7. Qualquer outra dívida contraída durante o intercâmbio ou em razão do intercâmbio.
- § 1.º – O seguro será da responsabilidade individual do estudante. Os estudantes de intercâmbio devem comprovar estar na posse de um seguro de saúde válido no exterior, com a garantia de responsabilidade civil e repatriamento, a fim de estar isentos dos pagamentos do seguro de saúde na instituição anfitriã.

CLÁUSULA 8.^a**Responsabilidades Financieras de los
Estudiantes de Intercambio**

Los estudiantes de intercambio tendrán la responsabilidad financiera de:

1. Tasas y gastos de inscripción en la Institución de Origen antes de la salida.
 2. Pago de los gastos relacionados con la vivienda, la alimentación, el tratamiento médico y todos los demás gastos personales.
 3. Gastos de transporte ida y vuelta entre la Institución de Origen y la Institución de Acogida, así como transporte local.
 4. Protección en el área de la salud, garantía de responsabilidad civil y repatriación.
 5. Libros, material didáctico, ropa, etc.
 6. Obtención de documentos de viaje, pasaportes, visas, etc.
 7. Cualquier otra deuda contraída durante el intercambio o como consecuencia del intercambio.
- § 1.º – El seguro será responsabilidad individual del estudiante. Los estudiantes de intercambio deben comprobar estar en posesión de un seguro de salud vigente en el extranjero, con responsabilidad civil y garantía de repatriación, para estar exentos del pago del seguro de salud en la institución de acogida.



| | |
|--|---|
| <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 9.^a Coordenação do Intercâmbio</p> <p>1. Para que este Aditivo seja aplicado e seus objetivos sejam alcançados, a gestão deste programa de intercâmbio será colocada sob a responsabilidade de cada estabelecimento:</p> <p>a) Pela UESC, Assessoria de Relações Internacionais (ARINT), Brasil.</p> <p>b) Pela UPN, Oficina de relaciones Interinstitucionales (ORI).</p> <p>2. Cada Instituição entregará, anualmente, à Instituição parceira todos os detalhes referentes ao ano letivo, os descritivos de cursos e outros manuais, bem como qualquer outra informação que permita que os estudantes façam suas escolhas com todo o conhecimento de causa sobre os cursos que poderão participar na Instituição de Acolhimento.</p> | <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 9.^a Coordinación de intercambio</p> <p>1. Para la aplicación de la presente Adenda y la consecución de sus objetivos, la gestión de este programa de intercambio quedará bajo la responsabilidad de cada establecimiento:</p> <p>a. Por la UESC, Oficina de Relaciones Internacionales (ARInt), Brasil.</p> <p>b. Por la UPN, Oficina de relaciones Interinstitucionales (ORI).</p> <p>2. Cada Institución entregará a la Institución socia, anualmente, todos los detalles sobre el año académico, descripción de los cursos y otros manuales, así como cualquier otra información que permita a los estudiantes hacer sus elecciones con pleno conocimiento de causa sobre los cursos que se podrán participar en la Institución de acogida.</p> |
| <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 10.^a Duração do Aditivo</p> <p>O presente Aditivo, condicionado à vigência do Acordo Amplo de Cooperação, entrará em vigor a partir da data de sua última assinatura e permanecerá em vigor enquanto perdurar o Acordo Amplo de Cooperação, após o qual poderá ser renovado.</p> | <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 10.^a Duración de la Adenda</p> <p>Esta Adenda, condicionada a la vigencia del Acuerdo Integral de Cooperación, entrará en vigor a partir de la fecha de su última firma y permanecerá vigente mientras dure el Acuerdo Amplo de Cooperación, luego de lo cual podrá ser renovado.</p> |
| <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 11.^a Rescisão e Modificação do Aditivo</p> <p>1. O presente Aditivo poderá ser denunciado por qualquer uma das Instituições participantes, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia à outra Instituição participante, por escrito, com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência, produzindo efeito a partir do</p> | <p style="text-align: center;">CLÁUSULA 11.^a Rescisión y Modificación del Anexo</p> <p>1. La presente Adenda podrá ser rescindida por cualquiera de las Instituciones participantes, en cualquier momento, mediante previa notificación a la otra Institución participante, por escrito, con al menos 6 (seis) meses de anticipación, a partir del primer día del</p> |



| | |
|---|---|
| <p>primeiro dia do mês subsequente ao término daquele prazo.</p> <p>2. O presente Aditivo poderá ser rescindido unilateralmente, por descumprimento de qualquer uma das suas cláusulas ou condições, sem prejuízo da prévia audição da outra parte, relativamente aos motivos da rescisão. A rescisão terá efeito imediato.</p> <p>3. A menos que expressamente indicado no ato de denúncia ou rescisão, elas não prejudicarão os compromissos que já tiverem sido assumidos, que continuarão a ser regidos por este Aditivo até às suas conclusões.</p> <p>§ 1.º – A rescisão unilateral não dará direito a reclamar indemnizações de nenhuma natureza.</p> | <p>mes siguiente. al vencimiento de dicho plazo.</p> <p>2. La presente Adenda podrá ser rescindida unilateralmente, por incumplimiento de cualquiera de sus cláusulas o condiciones, sin perjuicio de la audiencia previa de la otra parte, sobre las causas de la terminación. La rescisión surtirá efecto inmediatamente.</p> <p>3. Salvo indicación expresa en el acto de resolución o terminación, no perjudicarán los compromisos ya asumidos, que seguirán rigiéndose por la presente Adenda hasta su conclusión.</p> <p>§ 1.º – La rescisión unilateral no dará derecho a reclamar indemnización alguna.</p> |
| <p>CLÁUSULA 12.^a Casos Omissos</p> <p>Quaisquer alterações nas disposições, condições ou nos termos estabelecidos no presente instrumento deverão ser formalizadas através de Adenda devidamente subscrita pelas Instituições participantes.</p> | <p>CLÁUSULA 12.^a Casos perdidos</p> <p>Cualquier modificación a las disposiciones, condiciones o términos establecidos en el presente instrumento deberá formalizarse mediante una Adenda debidamente firmada por las Instituciones participantes.</p> |
| <p>CLÁUSULA 13.^a Resolução de Conflitos</p> <p>1. Os signatários comprometem-se a tentar resolver os casos omissos, as dúvidas e controvérsias, incluídos os casos de foro competente e de legislação aplicável, diretamente entre si, empregando os mecanismos de resolução direta de conflitos, eventualmente, e quando o considerem necessário, através de uma comissão constituída por dois elementos por eles designados.</p> <p>2. As controvérsias decorrentes do presente Acordo, as quais não possam ser resolvidas amigavelmente, serão dirimidas de acordo com as normas do Direito Internacional facultando-se às partes recorrer às</p> | <p>CLÁUSULA 13.^a La resolución de conflictos</p> <p>1. Los firmantes se comprometen a tratar de resolver los casos omitidos, dudas y controversias, incluidos los casos de jurisdicción competente y la legislación aplicable, directamente entre ellos, utilizando los mecanismos de resolución directa de conflictos, eventualmente, y cuando lo consideren necesario, a través de una comisión constituida de dos elementos designados por ellos.</p> <p>2. Las controversias derivadas de este Acuerdo, que no puedan ser resueltas amistosamente, serán resueltas de conformidad con las normas del Derecho Internacional, permitiendo a las partes</p> |



| | |
|--|--|
| autoridades e/ou Poderes competentes de seus países, com observância das regras de competência vigentes. | acudir a las autoridades competentes y/o Poderes de sus países, en cumplimiento de las normas de jurisdicción en vigor. |
| CLAÚSULA 14ª Cesión No se podrá ceder total o parcialmente este Convenio a terceros, salvo que medie autorización escrita entre las partes. | CLAÚSULA 14ª Cessão Não poderão ceder total ou parcialmente este Acordo a terceiros, exceto mediante autorização escrita entre as partes. |
| CLAÚSULA 15ª Indemnidad Será obligación de las partes, mantenerse entre ellas indemnes, libres de cualquier daño o perjuicio originado en reclamaciones de terceros y que se deriven de sus actuaciones o de los subcontratistas o dependientes en el desarrollo del presente Acuerdo. | CLAÚSULA 15ª Indenização Será obrigação das PARTES manter-se entre elas indenenes, livres de qualquer dano ou prejuízo originado em reclamações de terceiros e que se derivem de suas atuações ou dos signatários ou dependentes no desenvolvimento neste Acordo. |
| CLAÚSULA 16ª Protección de datos Em relação a todas as ações derivadas da execução deste acordo de colaboração que envolvam o tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a cumprir os respectivos regulamentos que lhes são aplicáveis. O regime de proteção de dados pessoais que as partes devem cumprir nas ações realizadas em execução deste contrato será: a) A UPN está sujeita às disposições da Lei 1.266 de 2008 "Pela qual são emitidas as disposições gerais de habeas data e regulamentado o tratamento das informações contidas em bancos de dados pessoais, especialmente financeiras, de crédito, comerciais, de serviços e aquelas provenientes de terceiros países e outras disposições são ditadas; e Resolução 767 de 2018, "Pelo qual adota o manual de política | CLAÚSULA 16ª Protección de datos En relación con todas las actuaciones derivadas de la ejecución del presente convenio de colaboración que impliquen el tratamiento de datos personales, las partes se comprometen al cumplimiento de las respectivas regulaciones normativas que les resulten de aplicación. El régimen de protección de datos de carácter personal que han de cumplir las partes en las actuaciones que se desarrollen en ejecución del presente convenio será: a) La UPN, está sujeta a lo previsto en la Ley 1266 de 2008 "Por la cual se dictan las disposiciones generales del hábeas data y se regula el manejo de la información contenida en bases de datos personales, en especial la financiera, crediticia, comercial, de servicios y la proveniente de terceros países y se dictan otras disposiciones; y la Resolución 767 de 2018, "Por la cual se |



| | |
|--|--|
| <p>interna e procedimentos para o tratamento e proteção de dados na UPN”.</p> <p>b) A UESC está sujeito às seguintes regulamentações: Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018), cujo objetivo principal é proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa física. Também foca na criação de um cenário de segurança jurídica, com a padronização de regras e práticas para promover a proteção dos dados pessoais de todos os cidadãos.</p> <p>O(s) processamento(s) de dados realizado(s) será(ão) destinado(s) ao cumprimento das finalidades estabelecidas neste Contrato. Para estes fins, as entidades signatárias do Acordo atuarão cada uma como RESPONSÁVEIS pelo tratamento, devendo aplicar os princípios, garantias e medidas técnicas e organizações estabelecidas nos mencionados regulamentos para a proteção adequada dos direitos e liberdades das pessoas no tratamento dos seus dados pessoais.</p> <p>As partes manterão sigilo no tratamento das informações por elas fornecidas e das informações, de qualquer natureza ou natureza, geradas em decorrência da celebração deste contrato; A referida obrigação será prorrogada indefinidamente, mesmo que o contrato tenha expirado. Tudo isso sem prejuízo da eventual autorização das partes ou que, se for o caso, tais informações sejam consideradas de domínio público.</p> | <p>adopta el manual de política interna y procedimientos para el tratamiento de y Protección de datos en la UPN”.</p> <p>b) La UESC está sujeta a la siguiente normativa: Ley General de Protección de Datos (13.709/2018), cuyo principal objetivo es proteger los derechos fundamentales de libertad e intimidad y el libre desarrollo de la personalidad de la persona física. También se enfoca en crear un escenario de seguridad jurídica, con la estandarización de normas y prácticas para promover la protección de los datos personales de todos los ciudadanos.</p> <p>El/los tratamientos/s de dato/s que se realicen estarán dirigidos al cumplimiento de los fines establecidos en el presente Convenio. A estos efectos, las entidades firmantes del Convenio actuarán cada una como RESPONSABLES del tratamiento, debiendo aplicar a los tratamientos de datos personales que en su caso se realicen en ejecución del presente Convenio, y a ello se comprometen, los principios, garantías y medidas técnicas y organizativas establecidas en la normativa citada para la adecuada protección de los derechos y libertades de las personas en el tratamiento que se haga de sus datos personales.</p> <p>Las partes mantendrán la confidencialidad en el tratamiento de la información facilitada por las mismas y de la información, de cualquier clase o naturaleza, generada como consecuencia de la ejecución del presente convenio; dicha obligación se extenderá indefinidamente, aunque el convenio se hubiera terminado. Todo ello sin perjuicio de la eventual autorización de las partes o de que, en su caso, dicha información pasara a ser considerada</p> |
|--|--|



Ambas as instituições estarão obrigadas a implementar as medidas técnicas e organizativas adequadas, de acordo com o disposto nos respetivos regulamentos, para garantir a segurança e integridade dos dados pessoais e impedir a sua alteração, perda, tratamento ou acesso não autorizado.

Cada parte será responsável por qualquer uso dos dados pessoais que fizer que não esteja de acordo com as obrigações contratuais, legais ou de interesse público decorrentes deste contrato, sendo de sua exclusiva responsabilidade a assunção das consequências que possam surgir de acordo com o que está estabelecido em seu marco regulatório. O não cumprimento das disposições contidas nesta cláusula dará às partes o direito de rescindir este contrato.

Os dados de contato dos signatários deste Contrato de Colaboração serão processados com base na assinatura do contrato, bem como com base no cumprimento de uma obrigação legal e de uma missão de interesse público, a fim de gerenciar a manutenção, cumprimento, desenvolvimento, controle e execução das disposições deste Acordo. Da mesma forma, as partes signatárias, como partes interessadas, podem exercer, a qualquer momento, seus direitos de acesso, retificação, exclusão, oposição, limitação de tratamento, portabilidade e não estarem sujeitos a decisões automatizadas, entrando em contato com arint@uesc.br e/ou para oriupn@pedagogica.edu.co indicando como referência no envelope “Proteção de Dados” e acompanhado de uma fotocópia do seu documento de identidade nacional. Se for caso disso, o interessado pode também apresentar uma reclamação junto

como de domínio público.

Ambas instituciones estarán obligadas a implantar medidas técnicas y organizativas apropiadas, de acuerdo con lo previsto en sus respectivas normas, para garantizar la seguridad e integridad de los datos de carácter personal y evitar su alteración, pérdida, tratamiento o acceso no autorizado.

Cada parte responderá de cualquier uso de los datos de carácter personal que realice que no sea conforme con las obligaciones contractuales, legales o de interés público dimanantes del presente acuerdo, siendo de su exclusiva responsabilidad la asunción de las consecuencias que se derivasen conforme a lo establecido en su marco normativo. El incumplimiento de las disposiciones incluidas en esta cláusula dará derecho a las partes a rescindir el presente acuerdo.

Los datos de contacto de los firmantes del presente Convenio de Colaboración serán tratados en base a la ejecución del convenio, así como en base al cumplimiento de una obligación legal y de una misión de interés público, con la finalidad de gestionar el mantenimiento, cumplimiento, desarrollo, control y ejecución de lo dispuesto en el presente Convenio. Asimismo, las partes firmantes, como interesados, podrán ejercitar, en cualquier momento, sus derechos de acceso, rectificación, supresión, oposición, limitación del tratamiento, portabilidad y a no ser objeto de decisiones automatizadas, dirigiéndose a arint@uesc.br y/o a oriupn@pedagogica.edu.co indicando como referencia en el sobre “Protección de Datos” y acompañado de fotocopia de su documento nacional de identidad. En su caso, el interesado también podrá



da autoridade de controle competente. Tais dados serão processados enquanto este Acordo de Colaboração entre as partes estiver em vigor e, posteriormente, serão mantidos pelo tempo necessário para cumprir a finalidade para a qual foram coletados e determinar as possíveis responsabilidades que possam surgir de tais dados.

E, por estarem assim justas e acordadas, subscrevem o presente **TERMO ADITIVO**, redigido em português e em espanhol, em **duas vias** de igual teor e forma para um só efeito.

Pela
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
SANTA CRUZ**

Ilhéus, ___ de _____ de _____

**Dr. Alessandro Fernandes de Santana
REITOR**

plantear una reclamación ante la autoridad de control competente. Tales datos se tratarán mientras que se mantenga en vigor el presente Convenio de Colaboración entre las partes y, posteriormente, se conservarán durante el tiempo necesario para cumplir con la finalidad para la que se recabaron y para determinar las posibles responsabilidades que se pudieran derivar de dicha finalidad.

Y, siendo así justos y convenidos, suscriben esta **ADENDA**, escrita en portugués y español, en dos ejemplares de igual contenido y forma para un solo objeto.

Por la
**UNIVERSIDAD PEDAGÓGICA
NACIONAL**

Bogotá D.C, el 10 de ABRIL de
2023

**Dr. Alejandro Álvarez Gallego
RECTOR**

10 ABRIL 2023